



H376

ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA: O CASO DO BRASIL PÓS-PLANO REAL

Leonardo Luís Calixto (Bolsista PIBIC/CNPq) e Prof. Dr. Francisco Luiz Cazeiro Lopreato (Orientador), Instituto de Economia – IE, UNICAMP

A partir de 1994, com a adoção do Plano Real, a administração da dívida mobiliária federal interna (DMFi) ficou sujeita a novas práticas. O fim do processo inflacionário permitiu às autoridades gestoras do endividamento público implementar políticas alternativas de alongamento de prazos dos títulos, visando diminuir seus custos de rolagem e, concomitantemente, se adequar a um novo cenário de políticas monetária e cambial introduzidas com o Real. Dessa forma, o trabalho buscou explicitar a política econômica da estabilização para, em seguida, enquadrar a gestão da DMFi. Na análise da política econômica foram retratadas as gestões monetária, cambial e fiscal. A conclusão a que se chegou foi que a política fiscal não foi o elemento decisivo para explicar a trajetória de crescimento da dívida pública. Assim, para se compreender a evolução da dívida deve-se inseri-la num contexto mais amplo de política econômica, destacando os determinantes monetário e cambial que ensejaram seu elevado ritmo de expansão. Ademais, os fatores de ordem externa foram decisivos no recrudescimento do ritmo da evolução DMFi, através da manifestação do *efeito contágio* sobre a política econômica. Por fim, depreende-se que a gestão ótima da DMFi exige como condição *sine qua non* o ganho paulatino de credibilidade por parte do governo no que concerne à consolidação do Real. Esse ganho passa pelo equilíbrio das contas públicas e pela reestruturação das condições de vulnerabilidade externa, dando início à mudanças nas estruturas gerais da dívida, além de permitir a desobstrução do ritmo de crescimento do produto nacional.

Dívida Pública – Finanças Públicas – Plano Real